
Corumbiara sitiada: os relatos de quem vivenciou o dia do Massacre de Santa Elina



Corumbiara under siege: the accounts of those who experienced the day of the Santa Elina massacre

 Danilo Paranhos Batista

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
paranhosbatista@gmail.com

Revista Presença Geográfica

vol. 13, núm. 1, 2026

Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil

ISSN-E: 2446-6646

Periodicidade: Frecuencia continua

rpgeo@unir.br

Recepção: 23 Outubro 2025

Aprovação: 10 Fevereiro 2026

URL: <https://portal.amelica.org/ameli/journal/274/2745599012/>

Resumo: Este estudo analisa os sentidos atribuídos à experiência de cerco vivenciada em Corumbiara durante o Massacre de Santa Elina, ocorrido em 9 de agosto de 1995. A pesquisa foi conduzida por meio da história oral, com entrevistas realizadas em fevereiro de 2025 junto a dez moradores não acampados do município. A metodologia baseou-se na análise de narrativas, articulada aos referenciais da psicologia social crítica e da geografia agrária. Os resultados evidenciam que a violência ultrapassou os limites físicos do acampamento, transformando Corumbiara em território sitiado por forças policiais e paramilitares, que impediram a circulação e o acesso a informações e suprimentos essenciais por mais de 32 horas. Os relatos revelam que familiares, amigos e moradores vivenciaram medo, incerteza e trauma coletivo, constituindo dimensões invisibilizadas pela narrativa oficial. Conclui-se que o massacre instaurou um regime de sofrimento compartilhado e de reconfiguração dos vínculos sociais e territoriais, evidenciando a violência estrutural do Estado brasileiro contra trabalhadores rurais e a necessidade de manter viva essa memória como forma de resistência contra a impunidade e o esquecimento.

Palavras-chave: Massacre de Corumbiara, Conflitos agrários, História oral, Memória coletiva, Violência estatal.

Abstract: This study analyzes the meanings attributed to the siege experience in Corumbiara during the Santa Elina Massacre, which occurred on August 9, 1995. The research was conducted through oral history, with interviews carried out in February 2025 with ten non-camped residents of the municipality. The methodology was based on narrative analysis, articulated with references from critical social psychology and agrarian geography. The results show that violence exceeded the physical limits of the camp, transforming Corumbiara into a besieged territory by police and paramilitary forces, which prevented circulation and access to information and essential supplies for over 32 hours. The reports reveal that family members, friends, and residents experienced fear, uncertainty, and collective trauma, constituting dimensions rendered invisible by the official

narrative. It is concluded that the massacre established a regime of shared suffering and reconfiguration of social and territorial bonds, evidencing the structural violence of the Brazilian State against rural workers and the need to keep this memory alive as a form of resistance against impunity and oblivion.

Keywords: Corumbiara Massacre, Agrarian conflicts, Oral history, Collective memory, State violence.

INTRODUÇÃO

Em 15 de julho de 1995, 534 famílias ocuparam uma área da fazenda Santa Elina, localizada no município de Corumbiara, na região do Cone Sul do Estado de Rondônia, a 847 km da capital Porto Velho. Na madrugada de 9 de agosto do mesmo ano, a Polícia Militar, em cumprimento a uma ordem judicial, realizou uma operação de reintegração de posse, invadindo o acampamento ocupado por trabalhadores rurais sem terra.

Nesse contexto, ocorreu um dos episódios mais violentos da história recente da luta pela terra no Brasil: o Massacre de Corumbiara. Policiais, juntamente com jagunços contratados pelo proprietário da Fazenda Santa Elina, conduziram uma ação repressiva marcada por extrema violência, resultando em assassinatos, ferimentos, torturas, humilhações e prisões de trabalhadores e trabalhadoras rurais que reivindicavam o acesso à terra na região norte do país.

Embora a maioria das pesquisas acadêmicas se concentre nas vítimas diretas da repressão – trabalhadores rurais assassinados, sobreviventes, feridos, torturados ou encarcerados – outras dimensões da experiência social ainda são pouco exploradas. Este estudo parte do entendimento de que os efeitos do massacre ultrapassaram os limites físicos do acampamento, atingindo de maneira profunda e duradoura os chamados “não acampados ou camadas invisíveis”: indivíduos que, embora não estivessem presentes no momento do confronto, foram diretamente impactados pela violência promovida pelo Estado de Rondônia.

Em 9 de agosto de 1995, o município de Corumbiara foi sitiado pela Polícia Militar do Estado de Rondônia em conjunto com pistoleiros fardados contratados por fazendeiros da região. A operação cercou e isolou diversos pontos do município, impedindo a livre circulação de pessoas, o acesso a informações e o fornecimento de suprimentos essenciais como água e alimentos, além de impedir o atendimento médico aos camponeses. Essa ação coordenada transformou Corumbiara em uma cidade sitiada, onde os direitos básicos da população foram violados através do bloqueio sistemático imposto pelas forças policiais e pelos grupos paramilitares a serviço dos interesses fundiários locais.

O massacre de Santa Elina, em Corumbiara (RO), insere-se no conjunto de conflitos agrários estruturais que marcam a formação do território brasileiro. Conforme demonstra Oliveira (2001), a violência no campo não é um desvio, mas um elemento constitutivo da territorialização do capitalismo rentista no Brasil, em que a propriedade privada da terra opera como reserva patrimonial e instrumento de poder político. Nesse sentido, o massacre de Corumbiara expressa a ação articulada entre latifúndio e Estado para conter os processos de territorialização camponesa e a luta pela Reforma Agrária, funcionando como mecanismos de reprodução da concentração fundiária e de controle do território.

Entre esses sujeitos estão familiares, amigos, moradores de Corumbiara – tanto da zona rural quanto da urbana – e de outros municípios da região. Suas trajetórias evidenciam que os conflitos agrários produzem efeitos que ultrapassam o espaço imediato dos acampamentos, atingindo a vida social, os vínculos comunitários e as formas de habitar o território. Isso ocorre porque, no Brasil, “a violência tem sido a principal característica da luta pela terra” (Oliveira, 2001, p. 191), fazendo com que o conflito agrário se inscreva não apenas na paisagem, mas também nas experiências, emoções e memórias dos sujeitos. Conforme argumentam González Rey et al. (2017), tradução nossa), a subjetividade se manifesta quando as emoções se articulam aos registros simbólicos, possibilitando aos indivíduos não apenas a adaptação ao mundo, mas também a construção de sentidos sobre a realidade que os cerca.

Nesse contexto, os relatos coletados durante a pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2025, junto a moradores da região de Corumbiara, evidenciaram que os impactos do massacre se manifestam nas formas de sentir, interpretar e ocupar o território. A proposta é compreender de que maneira esse acontecimento produziu subjetividades, memórias e traumas compartilhados por sujeitos historicamente invisibilizados.

Este estudo teve como objetivo analisar os sentidos atribuídos à experiência de cerco vivenciada em Corumbiara, em 9 de agosto de 1995, compreendendo o município como um território sitiado não apenas por forças armadas, mas também por discursos, silenciamentos e estruturas de poder que negam a legitimidade de determinadas existências. Ao escutar os chamados não-acampados e outros sujeitos marginalizados pela história oficial, a pesquisa propõe uma releitura do Massacre de Corumbiara como um acontecimento que instaurou um regime de sofrimento coletivo, medo disseminado e reconfiguração de laços sociais e territoriais – uma memória que necessita ser incorporada às narrativas sobre a violência no campo brasileiro.

METODOLOGIA

A investigação foi conduzida por meio de pesquisa de campo realizada no município de Corumbiara, no mês de fevereiro de 2025. A metodologia adotada teve como base a história oral, compreendida como uma abordagem capaz de resgatar e valorizar memórias silenciadas, sobretudo aquelas pertencentes a sujeitos historicamente excluídos dos registros oficiais, como moradores, familiares e pessoas próximas às vítimas do massacre de Santa Elina.

Foram entrevistados dez moradores de Corumbiara, não-acampados, que vivenciaram o cerco à cidade durante a operação policial de 1995. A seleção dos participantes ocorreu por meio da técnica de amostragem em cadeia, com base em indicações feitas entre conhecidos, considerando como critério principal a proximidade com os acontecimentos. Ao término de cada entrevista, solicitou-se aos interlocutores a indicação de novos participantes.

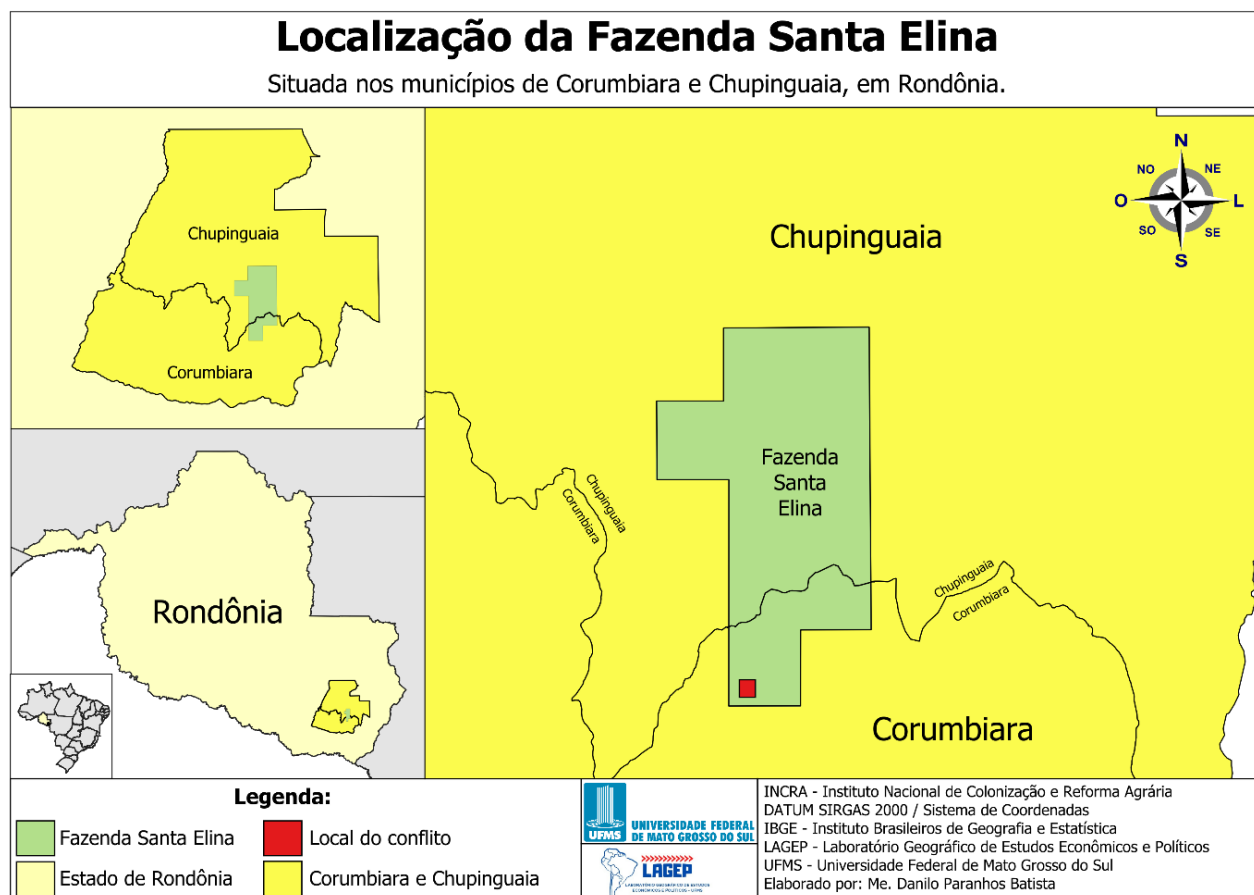
A análise dos dados foi orientada pela abordagem da análise de narrativas, técnica que prioriza a organização cronológica e temática das experiências relatadas, evidenciando os marcadores sociais, afetivos e simbólicos presentes nos discursos. Esse procedimento analítico foi articulado ao referencial teórico da psicologia social crítica e da geografia agrária, que forneceram os fundamentos interpretativos da pesquisa. De acordo com Ribeiro et al. (2025), essas “camadas invisíveis” permanecem encobertas por narrativas hegemônicas, principalmente aquelas que reduzem o episódio ao confronto direto entre camponeses e forças repressivas.

Os relatos orais foram analisados não apenas como memórias individuais, mas como expressões da experiência territorial camponesa, isto é, como narrativas que revelam processos de desterritorialização, violência estatal e resistência à expropriação da terra. Assim, a história oral foi articulada à geografia dos conflitos agrários, conforme formulada por Oliveira (2001), permitindo interpretar as memórias do massacre como parte da produção contraditória do território capitalista brasileiro.

Desse modo, ao ouvir os não-acampados e outros sujeitos marginalizados pela história oficial, foi possível revisitar os impactos do Massacre de Corumbiara como um acontecimento que instaurou um regime de sofrimento coletivo, medo generalizado e reconfiguração dos vínculos sociais e territoriais na comunidade.

O CASO CORUMBIARA: O MASSACRE DOS CAMPONESES DE SANTA ELINA

Em 15 de julho de 1995, cerca de 500 famílias de trabalhadoras e trabalhadores rurais, entre elas crianças e adolescentes, ocuparam uma área da Fazenda Santa Elina (Mapa 1), propriedade com cerca de 20.000 hectares situada nos municípios de Corumbiara e Chupinguaia, no Estado de Rondônia, região Norte do Brasil. Segundo a OEA (1985, p. 3), “tratava-se de famílias em situação de extrema pobreza, sem acesso à terra, ao crédito ou a oportunidades de trabalho”.



Mapa 1

Localização e distribuição espacial da Fazenda Santa Elina entre Corumbiara e Chupinguaia

Fonte: INCRA SR17, IBGE (2001). Org.: a autoria.

Esse movimento deve ser lido no contexto da ocupação recente da Amazônia e de sua integração contraditória ao desenvolvimento capitalista, processo que produziu concentração fundiária, expropriações e conflitos territorializados; não por acaso, segundo Oliveira (2001), é nessa região que, historicamente, se concentram as formas mais agudas da violência no campo.

A espacialização da Fazenda Santa Elina entre dois municípios e sua inserção no Cone Sul de Rondônia não constitui mero dado de localização: trata-se de um território atravessado por disputas entre diferentes projetos de uso e apropriação da terra. Nessa perspectiva, o mapa não apenas ilustra o local do evento, mas evidencia que o conflito se organiza por relações de proximidade, acessos, controle de deslocamentos e capacidade de mobilização - elementos que se tornariam centrais na dinâmica posterior de cerco e repressão.

Nessa perspectiva, o Massacre de Corumbiara não pode ser compreendido como um episódio isolado ou acidental, mas como a expressão territorial de uma estrutura agrária historicamente fundada na apropriação desigual da terra e no uso sistemático da violência como instrumento de controle do território (Oliveira, 2001).

A ocupação da fazenda teve como finalidade pressionar o Estado e garantir o acesso à terra. “A demora do Governo Federal em solucionar a questão agrária na região favoreceu a invasão e os acontecimentos posteriores.” (OEA, 1985, p. 3). Em 17 de julho de 1995, o proprietário da área, Hélio Pereira Moraes, ingressou com uma ação judicial solicitando a reintegração de posse, deferida pelo juiz Roberto Gil de Oliveira. Em 19 de julho de 1995, um oficial de justiça, acompanhado pela Polícia Militar, sob o comando do Capitão Mena Mendes, foi até o acampamento para cumprir a ordem de desocupação. Os trabalhadores rurais, no entanto, resistiram e permaneceram no local. Esse episódio revela como o Estado atua como agente territorial: a reintegração de posse não opera apenas como ato jurídico, mas como mecanismo de reordenação espacial que busca restabelecer, pela coerção, a hegemonia da propriedade privada sobre uma área ocupada por camponeses.

No dia 20 de julho de 1995, “o juiz Roberto Gil determinou que o capitão Mena Mendes mobilizasse um contingente maior de policiais para assegurar o cumprimento da medida cautelar.” (OEA, 1985, p. 4). Em 8 de agosto do mesmo ano, a Polícia Militar deslocou um expressivo efetivo até um campo de futebol localizado a menos de 1 km do acampamento dos camponeses de Santa Elina.

Em 9 de agosto de 1995, por volta das 3h da madrugada, teve início a operação de reintegração de posse da Fazenda Santa Elina. Além da presença policial, participaram da ação “fazendeiros da região, empregados das fazendas e pistoleiros armados” (OEA, 1985, p. 4), todos atuando contra os camponeses e camponesas. Essa composição explicita a articulação entre Estado e elites fundiárias na condução do conflito, indicando que a violência se insere em uma lógica estrutural da questão agrária brasileira, conforme analisa Oliveira (2001).

Durante o confronto, os policiais lançaram bombas de gás lacrimogêneo e efetuaram disparos de armas de fogo contra o acampamento, provocando pânico entre as famílias e ameaçando suas vidas. Os camponeses reagiram, também fazendo uso de armas. As consequências desse embate foram a morte de 10 trabalhadores rurais – entre eles, uma criança de sete anos –, 2 policiais e ao menos 17 pessoas feridas.

Após dominarem a situação, policiais e pistoleiros armados iniciaram práticas de tortura contra os trabalhadores sem-terra, cometendo diversas atrocidades, como execuções sumárias, tiros contra pessoas desarmadas, espancamentos e atos de humilhação. Grande parte das evidências foi destruída pelo fogo, e o acampamento foi completamente desmantelado. Para além da violação direta dos corpos, essas práticas operam como mensagem territorial: produzem medo, desmobilizam solidariedades e procuram impedir novas formas de reterritorialização camponesa na região.

De acordo com Mesquita (2001), além desses 17 casos confirmados de tortura, houve também o registro de 10 mortes de trabalhadores rurais sem-terra, incluindo um homem não identificado, 55 feridos e outros 300 presos. A CIDH concluiu que o Estado brasileiro violou os direitos humanos ao privar os camponeses sem-terra de seus direitos civis, de proteção e garantias judiciais, além de não investigar e punir os responsáveis pelas violações.

A Organização das Nações Unidas, de acordo com Brasil (1991), define a tortura como uma ação violenta que pode ser executada por um funcionário público ou por um indivíduo civil sem o seu consentimento, com o objetivo de obter informações, punir, intimidar ou discriminar alguém. Segundo a OEA (1985), a tortura é a prática intencional de causar sofrimento físico ou mental a um indivíduo. Em relação à tortura contra mulheres, tendo em vista que, das 17 vítimas, duas são mulheres, Merlino et al. (2010, p. 105) define:

Tortura é crime contra a humanidade, pois visa ao aviltamento da dignidade intrínseca da pessoa humana. A tortura de mulheres revela ainda o pior sadismo sexual na dominação e degradação da condição feminina, como uma vingança perversa contra as que ousaram “sair do seu lugar”.

Essa cultura de impunidade e negligência do Governo brasileiro permite que as violações dos direitos humanos se tornem generalizadas. O Estado não cumpre suas obrigações de proteger a sua população e, sobretudo, garantir a justiça, o que resulta na falta de investigações de crimes, na omissão de aplicação das leis ou na criação de políticas públicas que favorecem determinados grupos em detrimento de outros.

CORUMBIARA SITIADA: O DIA 9 DE AGOSTO DE 1995

O Massacre de Corumbiara, ocorrido na madrugada de 9 de agosto de 1995, tornou-se um dos episódios mais violentos da história dos conflitos agrários no Brasil. A Polícia Militar de Rondônia, em conjunto com “jagunços” (pistoleiros) vinculados à Fazenda Santa Elina, matou, torturou, agrediu física e psicologicamente e fez desaparecer camponeses que lutavam pela reforma agrária no contexto da recente democracia brasileira pós-ditadura militar. Nessa Perspectiva, de acordo com Oliveira (2001), essa repressão não se limita ao confronto no acampamento, mas integra um dispositivo de poder territorial associado à estrutura da questão agrária brasileira.

A violência contra os camponeses sem-terra perdurou por aproximadamente 22 horas, iniciando no acampamento Santa Elina, onde se prolongou por mais de 14 horas, e estendendo-se até o ginásio de esportes, transformado em prisão, e à delegacia de polícia de Colorado do Oeste. No entanto, seus efeitos transbordaram o espaço do acampamento, pois Corumbiara e localidades próximas experimentaram medo, insegurança e desorientação diante da falta de informações confiáveis. A sede municipal passou a concentrar fluxos, boatos e demandas por notícia, convertendo-se, naquele momento, em uma centralidade urbana em crise.

Foram mais de 32 horas sem informações oficiais, período em que Corumbiara vivenciou um colapso informacional: delegacia, hospital e rádio tornaram-se nós de busca por notícias, mas operaram sob silêncio, contradições e restrições, intensificando o sofrimento das famílias. É nesse contexto que apresentamos este tópico, no qual buscamos dar voz aos relatos de indivíduos que, embora não estivessem fisicamente no local do confronto, experienciaram a tragédia por meio da incerteza e do trauma indireto.

A reflexão de Freud (1936) sobre a angústia diante da vulnerabilidade humana contribui para compreender como o sofrimento ultrapassa as vítimas diretas e alcança a comunidade, principalmente quando a ameaça se torna difusa e a informação é bloqueada ou manipulada. Como sintetiza o autor:

O sofrer nos ameaça a partir de três lados: do próprio corpo, que, fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência; do mundo externo, que pode se abater sobre nós com forças poderosíssimas, inexoráveis, destruidoras; e, por fim, das relações com os outros seres humanos. O sofrimento que se origina desta fonte nós experimentamos talvez mais dolorosamente que qualquer outro; tendemos a considerá-lo um acréscimo um tanto supérfluo, ainda que possa ser tão fatidicamente inevitável quanto o sofrimento de outra origem. (Freud, 1936, p. 21-22).

Freud argumenta que a civilização exige a repressão de instintos e desejos individuais para manter a ordem social, o que pode gerar um sentimento de mal-estar nos indivíduos. No caso de Corumbiara, a comunidade reagiu com consternação, pois mantinha vínculos estreitos com os camponeses acampados na Fazenda Santa Elina, muitos deles moradores do município. Por essa razão, o massacre de 1995 tornou-se um evento traumático não apenas para os acampados, mas também para aqueles que não estavam diretamente envolvidos. O ocorrido evidenciou a fragilidade humana diante das forças opressivas, provocando angústia, medo e insegurança mesmo entre aqueles que não foram vítimas diretas, ao confrontá-los com a violência e a injustiça presentes em sua própria comunidade.

Nas primeiras horas após a intervenção policial no Acampamento Santa Elina, ao amanhecer, Corumbiara foi dominada pelo medo e pela incerteza. As notícias se espalharam rapidamente, de forma fragmentada e imprecisa, em um circuito que conectava agentes institucionais locais, moradores e comunidades rurais. Celso, morador da cidade de Corumbiara, compartilhou sua vivência:

[...] Eu acho que não era seis da manhã ainda, mas o dia tava nascendo. Eu tava aqui na frente de casa, e o Pifinho veio correndo lá de cima, perto da escola Mundo Mágico, onde ficava a delegacia, falando que o sargento disse que eles tinham invadido o acampamento na noite passada, e que teve combate com os acampados e muita gente tinha morrido, aí eu já fiquei aflito. Pra piorar, o sargento ainda tinha falado pra esse meu amigo que ainda tava tendo tiroteio lá. Eu corri, peguei a bicicleta e fui avisar quem podia, e era muita gente, mas principalmente quem estava no sítio, porque eles não tinham comunicação. Peguei essa estrada aqui, ó, essa que vai pro Guarajus, sabe? Tinha minhas primas, minha falecida mãe, dois irmãos meus, e eu ia passando e avisando. O marido de uma das minhas primas tava no Santa Elina, e quando eu cheguei na casa dela, ela tinha acabado de saber. Foi uma correria, um desespero. Ela queria ir até o acampamento, e eu falei: "Moça, cê é doida? A polícia ainda tá lá, é melhor vir pra cidade comigo e perguntar na delegacia. (Celso, Informação verbal, 2025)^[1].

Com o nascer do sol e o avanço das primeiras horas da manhã, enquanto a intervenção policial acontecia no Acampamento Santa Elina, a cidade de Corumbiara foi envolvida pelo medo e pela incerteza. Francisca, moradora da cidade, relatou:

[...] Meu marido e meu irmão estavam na Santa Elina. [...] e eu fiquei com muito medo de sair de casa. Era um sentimento ruim, parecia que o ar estava pesado, sabe? E eu, preocupada, porque não sabia o que fazer. Achava que a polícia vinha atrás de mim também, e toda hora vinha alguém aqui em casa pra falar do que tava acontecendo lá na Santa Elina, mas cada hora era uma notícia diferente, sabe? Falaram que mataram meu irmão, depois falaram que não, porque não dava pra saber ainda. Depois falaram que morreram 50, e outros falaram que era mais de 100. Eu estava assim [Francisca colocou a mão no pescoço como se estivesse sendo sufocada, oh, sufocada, desesperada. Pedi e pedi pra Jesus ter misericórdia de mim e da minha família. Eu corri pra minha mãe, que, na época, morava lá perto do Piana [Escola Estadual Osvaldo Piana], e cheguei na casa dela assim, gritando, sabe? Falando: "Mataram Leandro, mãe! Mataram o Leandro!" e corri pra abraçar ela. Só que a mãe falou assim, pra eu ficar calma e orar, sabe? Que não dava pra saber ainda e que eles avisariam no rádio. (Francisca, Informação verbal, 2025)^[2].

A emissora de rádio de Corumbiara interrompia periodicamente sua programação para transmitir comunicados oficiais vagos, enquanto parentes e amigos buscavam informações nos hospitais e na delegacia, sem sucesso. Isso expôs a dependência do meio rural em relação à sede municipal e aos seus canais de informação, reconfigurando deslocamentos no território. De repente, segundo relatos, a cidade ficou lotada, com pessoas chegando de diversas partes do interior do município por diferentes meios – a cavalo, de carroça, caminhonete, a pé, de motocicleta ou bicicleta. Esse afluxo improvisado intensificou a disputa por notícia e reforçou a sensação de cerco.

O cenário lembrava um dia 5 de cada mês, data em que muitos vão à cidade receber seus pagamentos. No entanto, em vez da habitual movimentação, o que se via era pânico e desespero: muitos aguardavam alguma atuação do Estado, mas não havia assistência. Saulo, morador da zona rural de Corumbiara, próximo ao Distrito de Vitória da União, compartilhou:

[...] Meu irmão tava no acampamento. [...] Eu corri pra cidade pra saber as notícias, porque não tinha energia aqui em casa na época. [...] fiquei sabendo porque tinha um rádio a pilha, e, sempre que tinha pilha, eu ligava de manhã cedo, depois que tirava leite. Eles falaram no rádio que tinham invadido a Santa Elina e que teve muitas mortes do pessoal lá. Lembrei do meu irmão na hora. Aí eu chamei meu pai e falei: “Vamos pra cidade saber direito, que qualquer coisa a gente ia na Santa Elina pra saber.” No caminho, a gente viu um monte de gente indo pra lá também, pra saber o que tava acontecendo. A gente ia dando carona pra todo mundo. Foi aí que encontrei a Néinha, não sei se ela te falou, lá perto de onde hoje é a borracharia, de frente pra entrada da São Marcos [Fazenda São Marcos]. [...] Aí, nós chegamos em Corumbiara e fomos direto pra delegacia, porque eu conhecia eles tudo [os policiais]. O pai de um deles foi meu vizinho aqui, e o soldado lá falou que ainda não sabia das notícias certas e que ia sair uma lista dos feridos no hospital, mas não falou qual hospital era, se era daqui, ou de Cerejeiras, ou de Colorado. (Saulo, Informação verbal, 2025)^[3].

Néinha – moradora do Distrito de Vitória da União, em Corumbiara – relatou as dificuldades de obter informações sobre seus dois irmãos que estavam acampados em Santa Elina:

Eu estava indo para a escola (Néinha é professora). Na época, o Marechal (Escola Estadual Marechal Rondon) ficava no prédio antigo, próximo ao posto de saúde. O finado Francisco correu aqui para avisar meu marido, que já estava saindo pra trabalhar também. Quando ele contou o que tinha acontecido, demorei a acreditar, porque não esperava que algo assim pudesse acontecer. Comecei a chorar e a me desesperar, que dia triste, meu Deus! Corri até a escola e avisei a Lurdes. Lembra da professora Lurdes? Ela era diretora na época. Avisei que ia pra Corumbiara (Néinha morava no Distrito de Vitória da União). O Sérgio correu para avisar meus pais, e eu fui para a estrada pra tentar conseguir uma carona. Fiquei o dia inteiro de um lado para o outro. Fui na delegacia, no hospital, voltei na delegacia, e ninguém falava nada. Depois, ficamos todos reunidos onde hoje fica a Igreja Católica, esperando notícias. Foi então que a Rede Amazônica [emissora de televisão filiada à Rede Globo] chegou e pediu para que eu desse uma entrevista. Mas eu não conseguia falar, só chorava. Aí, não aguentei e desmaiei. (Néinha, Informação verbal, 2025).

De acordo com relatos, a ausência de informações oficiais, aliada ao desespero de familiares e amigos que chegavam a Corumbiara, levou um grupo de pessoas a se reunir e tentar acessar a Fazenda Santa Elina. No entanto, foram impedidos pelos policiais, que montaram diversas barreiras nos acessos ao acampamento, forçando-os a retornar à sede do município e aguardar por notícias, revelando um modo de governar o conflito por meio do controle de circulação, articulado ao padrão de conflitos territorializados e ao uso recorrente da violência na fronteira amazônica, conforme analisa Oliveira (2001).

Testemunhas relataram um clima de pânico generalizado, marcado por boatos e informações desencontradas sobre o número de mortos, sem confirmação oficial por parte do Estado. Para os entrevistados, a falta de comunicação produziu sofrimento intenso, tornando impossível saber quem estava ferido, vivo, morto ou desaparecido.

Ao conversar com uma representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cerejeiras, ela afirmou que a imprensa, na época, atuou de maneira irresponsável. Muitos veículos reproduziram versões oficiais que minimizavam a responsabilidade do Estado e dos fazendeiros, atribuindo a culpa aos camponeses. Nesse contexto, dois jornalistas tiveram papel fundamental ao expor a realidade dos fatos: Luiz de Carvalho e Elizeu Rafael de Souza, que registraram imagens (Foto 1) e depoimentos essenciais para revelar a violência do massacre, detenções, torturas e humilhações.

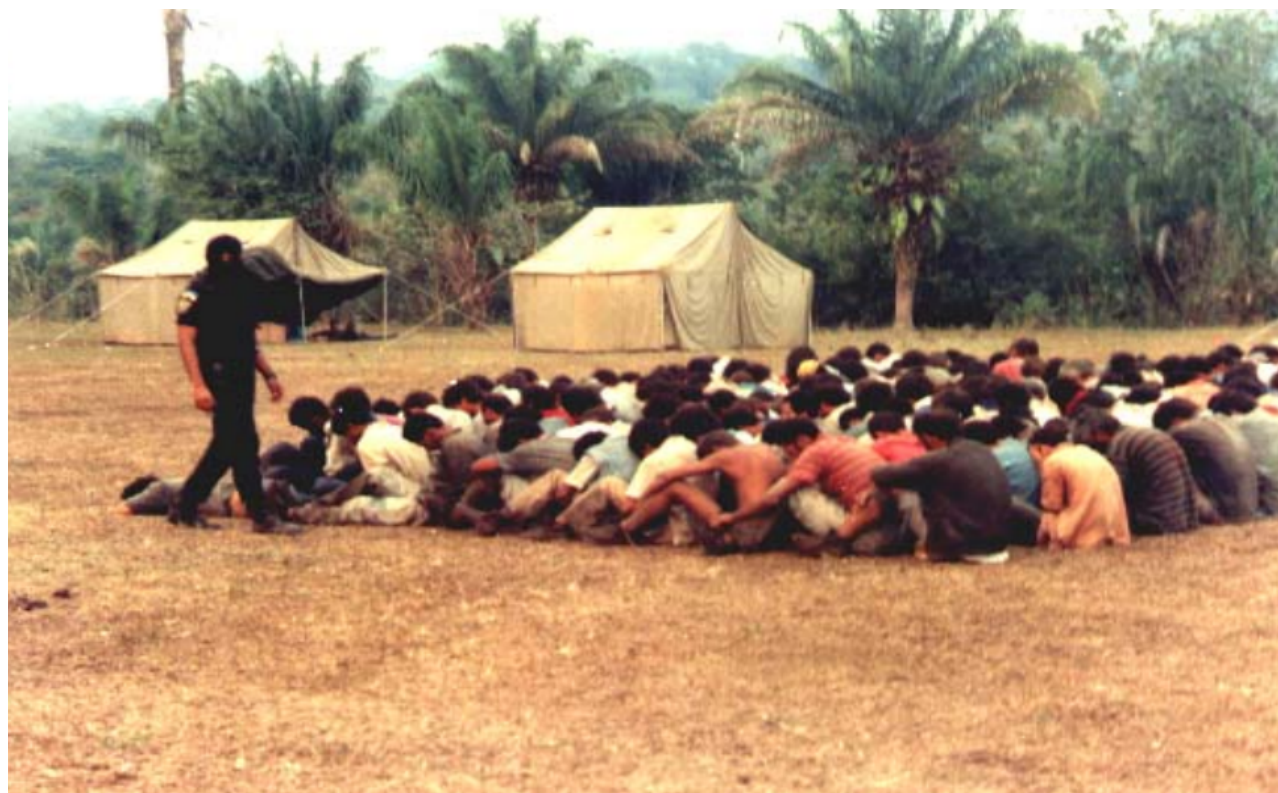


Foto 1

Foto registrada por Elizeu Rafael de Souza, no dia do Massacre de Corumbiara
 Autor: Elizeu Rafael de Souza, 1995

Se, por um lado, os meios de comunicação deram visibilidade à tragédia, por outro, a circulação de informações imprecisas intensificou a angústia. As primeiras reportagens indicavam números de mortos que variavam entre 20 e 60, enquanto muitas famílias sequer sabiam se seus parentes estavam entre as vítimas. Como destacado por Freud (2010), a incerteza e a falta de controle sobre os acontecimentos ampliam o mal-estar.

A seguir, apresenta-se o relato de uma camponesa que vive há quase 40 anos no Assentamento Adriana, nas proximidades do campo de futebol da comunidade e cerca de 1 km do Acampamento Santa Elina. Nesse local, em 1995, as forças policiais estabeleceram um “Quartel-General” (QG) para coordenar as operações. A curta distância entre casas, QG e acampamento evidencia uma zona de risco territorializado, na qual a violência se tornou audível, visível e cotidiano. Silvana relatou:

[...] Você viu que aqui de casa até o campo é pertinho. Deve dar uns 300 metros, deve ser uns 300 ou 400 metros. Os policiais fizeram o acampamento ali, e daqui dava para ver algumas coisas que eles faziam lá. Teve um dia, que foi um dia antes deles invadirem o acampamento, que deu muita confusão lá no acampamento, porque eles tentaram tirar o pessoal de lá e não conseguiram. E, de tardezinha, quase anoitecendo, vi eles todos reunidos em volta, assim, tipo em círculo, lá no campo que eles acamparam. Eu falei pro Éder [seu esposo] que eles estavam planejando fazer alguma coisa à noite, e que iam tentar tirar à força o pessoal de lá. Não deu outra! Quando deu a noite, já de madrugada, a gente nem tentou dormir cedo. A nossa casa não era de material [não era de alvenaria], era de madeira ainda, e ficamos olhando pelas frestas pra ver o movimento. Dava pra ver a claridade das fogueiras lá no campo, e eles, todos acordados, parecendo que estavam fazendo reunião. A gente pegou no sono, mas foi acordado com o barulho de fogos de artifício. [...] A gente sabia que, quem soltava esses fogos eram o pessoal do acampamento, e quando soltavam fogos, era porque a polícia estava vindo. [...] Depois disso, eu ouvi só barulho de tiro. A

gente ouviu primeiro um barulho assim: “tátátátá”, tudo junto. Éder falou que não era tiro dos acampados, porque eles não tinham armas que dessem tiro assim. Ele que vai saber que arma era, e foi a noite inteira ouvindo o tiroteio, que só parou quase ao amanhecer, mas eu ainda fiquei ouvindo alguns tiros durante o dia, tipo assim, um tiro ou outro. Na hora daquele tiroteio todo, o Éder falou pra gente ir ficar na cozinha, que é aqui nos fundos, porque ficamos com medo de bala perdida. Aqui é muito perto do acampamento. Se você olhar nesse sentido, acho que é bem perto. Pra lá é o acampamento, pra lá, depois daquele morro ali ó! Teve uma hora que colocaram o pessoal preso lá no campo, e já era didia [após amanhecer] e eles ficaram lá. Me falaram que bateram neles lá. Não deu pra ver o que acontecia, porque havia muitas viaturas paradas bem na frente, assim. Então, você olhava assim, pra lá, onde ficava o acampamento, de onde saía muita fumaça, porque a polícia colocou fogo. E, do outro lado, era o acampamento da polícia. Foi quase o dia inteiro com eles lá [ao se referir que os camponeses ficaram confinados e presos dentro do Q.G. da polícia]. (Silvana, Informação verbal, 2025).

Cleide, moradora de Corumbiara, vivia no Assentamento Adriana, a menos de 1 km do acampamento Santa Elina, em 1995, quando tinha apenas 8 anos. Ela relatou o medo intenso durante aquele período e descreveu que, em 08 de agosto de 1995, foi retirada de casa na zona rural e enviada para a casa da avó – um dia antes do massacre –, a 2 km do acampamento, diante do clima perigoso na região. Cleide compartilha:

Morava a pouco mais de 1 km desse lugar, graças a Deus, meu pai tinha mandado nós pra minha vó, mais ou menos 2 km de distância do acampamento. Por mais que eu não estivesse nesse lugar, ficaram marcas, pessoas que até hoje não tivemos notícias de onde foi parar. A angústia percorre até hoje em nossos corações, de um dia muito tenebroso. Por mais que estivesse na minha vó, ainda assim ouvia os tiros. Quando minha vó nos trouxe, tinha tantos carros, tantas pessoas na estrada, policiamento. Eu tive tanto medo, nunca esqueço desse dia. Eu tinha apenas 8 anos. (Cleide, Informação verbal, 2025)^[5].

No dia 9 de agosto de 1995, enquanto as autoridades declaravam que a situação estava sob controle, os moradores observavam o aumento da presença policial na região. Qualquer tentativa de mobilização para obter informações era reprimida; ameaças e intimidações intensificaram patrulhamentos em áreas urbanas e rurais, instaurando um clima de medo. Mariano, camponês residente no Assentamento Adriana, relatou:

[...] a gente tá perto daqui, de onde foi o massacre. [...] Você pode ver que minha casa é próxima da estrada, e dava pra ver todo o movimento que passava aqui. [...] eu tava ouvindo o rádio pra saber o que tinha acontecido, né! Porque a noite foi triste. Eu cheguei a pensar que não tinha sobrevivido ninguém lá do acampamento, e eu tava tão triste... você entende? Porque eu tinha muitos amigos naquele lugar. Eu tinha um amigo lá que era, assim, quase um irmão, porque nós crescemos juntos. Depois, vim saber que tinham matado ele, porque era um dos seguranças do acampamento. Pegaram e deram um tiro na cabeça dele, que atravessou e abriu atrás, assim, entende? Aí, eu choro até hoje pela crueldade que fizeram com ele. Depois do almoço, eu tava sentado aqui no fundo. Na época, tinha um monte de mangueira aqui e ali naquele canto, e plantei uma carreira de laranja. Eu não tinha ido trabalhar na roça pra não deixar a mulher e a criança sozinhas. Então, a gente sentou ali debaixo da mangueira com uma bacia cheia de laranja. E a gente deixou a frente da casa toda fechada, porque não tava seguro aquele dia, e dali onde a gente tava sentado, dava de ver todo movimento lá na frente. Chegaram duas camionetes da polícia aqui, eles saíram todos armados assim, bateram na porta da frente, e eu gritei aqui do fundo. Eles vieram até aqui, e tinha policial apontando a arma pra mim e pra mulher. Eu precisei enfrentar eles, pedi calma, eu falei que não tava fazendo nada de errado e se podiam abaixar as armas, porque eu não ia reagir. Aí, depois de muito custo, eles abaixaram. O que eles queriam era vasculhar minha casa pra procurar alguém, mas não falaram quem era e eu não perguntei. Acho que era algum responsável de lá, que comandava o acampamento. Eles mandaram eu, a esposa e a criança não falar nada e só falar se eles perguntassem. Acho que foi o dia que mais senti medo na vida, medo mesmo, porque eles podiam fazer alguma coisa com a mulher e meu menino. Eles perguntavam onde eu tava ontem à noite, se eu tava no acampamento, quem que tava aqui que fugiu de lá. Eu falei que não participava e nem ajudei ninguém, mas que tinha muitos amigos, lá, acampados. E eles forçavam assim, o nosso psicológico, sabe? Falavam assim: “Você tá mentindo, seu [xingamentos]” Desculpa o palavrão. E eu neguei, neguei e fui negando, até que eles se cansaram e falaram que, se descobrissem que eu tava envolvido, voltariam, mas não pra conversar comigo. [...] Eu nunca que ia falar que ajudava o pessoal lá. (Mariano, Informação verbal, 2025)^[6].

Se, na zona rural, o terror marcava a atuação da Polícia Militar, na cidade de Corumbiara essas forças também reprimiam manifestações e demandas por informação:

[...] Teve uma hora lá que estava muita gente na porta da delegacia, a maioria eram pessoas da família, mas também tinha quem não era parente, porque aqui todo mundo se conhecia. Então, a gente conhecia o pessoal do acampamento, e começamos a protestar, pedindo para a polícia uma explicação, que falasse alguma coisa, que desse uma lista de quem tinha morrido. [...] aí, os policiais que estavam lá na época eram todos conhecidos nossos. Eles devem ter ficado com medo, né, e chamaram uns policiais que não eram daqui da região. Eles vieram lá de cima, ali, ó, onde é o Espetinho do Braga. Você sabe onde é? [Respondi afirmativamente] Eles chegaram na frente da delegacia frenando, e como não tinha asfalto, levantou um poeirão. Desceram quase pulando da viatura, xingando a gente e mandando ir embora, dizendo que não teria notícia ali, que era pra ir embora dali. Parecia que queriam atirar em todo mundo, mas era tanta gente que a rua toda estava tomada de gente. (Celso, Informação verbal, 2025).

Segundo relatos, familiares tentaram acessar o prédio da delegacia, mas foram impedidos. Do outro lado da cidade, no hospital municipal, também houve tumulto: familiares e amigos buscavam informações, mas as respostas eram evasivas. Documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) indicam restrição de acesso a informações e dificuldades para localizar desaparecidos. A manutenção desse silêncio institucional operou como estratégia de contenção e de apagamento, ampliando a insegurança coletiva.

Dados da CPT apontam que muitos corpos foram retirados do local antes de qualquer perícia oficial. Há informações de que os exames só foram realizados quando os falecidos chegaram a Vilhena, reforçando indícios de ocultação dos crimes. Em meio ao desespero, familiares vindos da zona rural foram acolhidos por moradores e comerciantes de Corumbiara, revelando redes locais de solidariedade frente à ausência do Estado.

[...] Tem a Luciana, que lá atrás era esposa do prefeito, na época em que aconteceu isso [o massacre]. Ela tinha um restaurante e, naquele dia, deu almoço de graça pra todo mundo que veio de fora. (Néinha, Informação verbal, 2025).

[...] eu tinha vindo com meu menino de Cerejeiras, lá da Linha 03, e nem tinha como voltar porque a gente veio de carona. Viemos para ficar até conseguir notícias do meu esposo. Aí, ficamos na rua, perto do hospital, e depois descemos até aquela praça que fica de frente da Barão [Barão é uma loja de eletrodomésticos], é a da igreja né? [praça da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro]. Eu sentei no meio-fio e fiquei, e estava eu e outros que também aguardavam alguma notícia. Ficamos até de noite, quando vieram nos avisar que não dariam informações naquele dia. Lembro que pensei: “Como vou fazer agora? Não posso voltar sem notícias do Ednei.” [...] mas Deus ajudou a gente de um jeito que a Igreja Católica nos deu abrigo, assim como também aos outros. Deram colchão, rede e comida. Ficamos naquele salão de festas. [...] Acho que esse lugar ainda existe. [...] faz anos que não vou pra Corumbiara. (Regina, Informação verbal, 2025)^[7].

No final da madrugada de 10 de agosto de 1995, foram afixadas em hospitais de Corumbiara, Cerejeiras e Colorado do Oeste listas com nomes de falecidos e internados. No posto policial de Corumbiara, também foi divulgada uma relação com 355 camponeses detidos sob custódia da Polícia Militar de Rondônia. Das aproximadamente 355 pessoas, conforme o Relatório Interamericano de Direitos Humanos, 70 foram encaminhadas à delegacia de Colorado do Oeste, 51 feridos receberam atendimento em hospitais de Colorado do Oeste e Vilhena, e 234 foram detidos e mantidos no ginásio de esportes de Colorado do Oeste. A informação se espalhou rapidamente: para algumas famílias, trouxe alívio; para outras, devastação.

Eu tinha ido pra casa, né? Mas, no dia seguinte, fui pra Corumbiara de novo e, quando cheguei lá, o Pedro veio até mim e falou: “Neinha, o Cláudio e o Maurinho tão vivo! Ele tá vivo, mas foi preso e levado pra Colorado.” [...] Eu corri pra Colorado, né? Quando cheguei lá, o Maurinho tinha acabado de ser solto... ele tava preso na delegacia. Aí eu falei, agora faltava só achar o Cláudio que depois descobri que tava preso no ginásio. Ninguém sabia dele [Marcos], mas, dois dias depois, ele apareceu lá em casa. Ele tinha conseguido fugir na hora do ataque e ficou escondido por dois dias na mata. [...] cheguei na casa dos meus pais, e ele tava lá já, sentado assim na muretinha da área, balançando as pernas... Nossa! Foi uma alegria e um alívio. Glória a Deus. (Néinha, Informação verbal, 2025).

Meu marido foi preso, mas naquele grupo lá, que foi torturado. Conhece aquela foto que tá todo mundo juntinho? [Respondi que conhecia.] Então, ele foi espancado e bateram com uma arma na cabeça dele, e ele ficou desacordado. Quando cheguei em Colorado, descobri que tinham levado ele pra Vilhena porque não acharam vaga pra ele. Quebraram a clavícula e a mão dele, assim, no pulso direito, e o hospital lá de Colorado não colocava gesso. [...] o Felipe [irmão de Francisca], acho que ficou sumido por três dias, não, foi dois dias que ele apareceu em casa? Ele tinha conseguido fugir e se escondeu na mata com mais um bocado de gente. (Francisca, Informação verbal, 2025).

[...] Ah... não tenho uma lembrança boa desse dia. [...] Não consigo falar do que aconteceu com meu irmão. [...] Foi o pior dia da minha vida quando vi o nome dele na lista. (Saulo, Informação verbal, 2025).

Com o passar dos dias, a dimensão da tragédia se concretizou. Algumas famílias não puderam velar seus entes queridos ou sequer confirmar perdas, vivendo um luto marcado por incerteza. Relatos indicam que corpos foram queimados e enterrados sem identificação, em tentativa de apagar evidências. Algumas famílias jamais receberam informações oficiais sobre desaparecidos; em certos casos, o trauma atravessou gerações. A situação foi agravada pela omissão do Estado, que não investigou nem responsabilizou adequadamente os envolvidos.

Poucos dias após o massacre, ainda havia camponeses desaparecidos, sobretudo aqueles que conseguiram fugir e se refugiar na floresta. Mesmo com retirada parcial do policiamento, persistiam patrulhamentos na zona rural em busca desses sobreviventes, mantendo familiares e amigos sob medo. As vítimas do Massacre de Corumbiara não se restringiram aos camponeses acampados: moradores do município também sofreram com intimidações e violência nos dias seguintes, como indicam os relatos abaixo:

Foram dias perigosos, Todo mundo ficou com medo. Meu filho, que na época tinha 10, 11 anos... não, 10 anos, viu daqui de casa os corpos sendo transportados em redes e as pessoas sendo amarradas assim, uma com a outra. (Sandra, Informação verbal, 2025)^[9].

[...] a polícia veio três vezes aqui em casa, você acredita? Foi nos dias depois do massacre, eles estavam procurando as pessoas que conseguiram fugir do acampamento. Eu, a esposa e minha filha ficamos o tempo todo trancados em casa. Nem pra rua eu fui, eu não tinha coragem de andar nas estradas e a polícia me confundir com o pessoal que fugiu do acampamento, eu também não tinha coragem de deixar a mulher e a menina aqui sozinhas. Ainda bem que fome a gente não passou, tinha aqui um arroz, um feijão, um mandioca ali na beirada do córrego... A gente ia comendo, né? Mas não dava pra saber muita notícia nesses dias, porque não tinha energia aqui em casa. Às vezes, eu ia no vizinho aqui da frente, o Mariano, esse aqui ó. [...] teve outro vizinho nosso, que, moço do céu, passou apuro, ele estava com o pai dele indo pra Corumbiara, mas foram presos por um jagunço que estava vestido de policial, foi o que eles disseram. Todo mundo que passava na estrada era preso e só tinha uma estrada pra passar. Então, eu nem saí de casa nesses dias. [...] O vizinho falou que levaram eles lá pro campinho, onde estavam os presos, e depois colocaram eles num curral, onde ficaram até tarde do dia. Não deixaram eles saírem até conseguirem provar que não eram do acampamento, mas quase levaram eles preso pra Colorado. (Márcio, Informação verbal, 2025)^[10].

[...] um ou dois dias depois [do Massacre de Corumbiara], eu vi muitas pessoas passando aqui na porta de casa durante o dia todo, assim, de hora em hora. Eles saíam da mata e pegavam essa estrada aqui, e, quando encontravam minha casa, quase sempre eles paravam aqui pra pedir uma água, uma comida, pra pedir alguma ajuda. (Francisco, Informação verbal, 2025)^[11].

Tinha gente que estava em choque, sabe? Ficava assim, com olhar perdido, não conseguia nem conversar, não estavam na normalidade deles, não conseguia se acalmar e nem explicar direito o que tinha acontecido. [...] Eu falei pra todos não irem pela estrada, que a polícia estava passando toda hora e prendendo. Falei pra eles seguirem aqui, ó, no meu sítio mesmo, pela fundiária, que ia sair em mais dois sítios a frente até uma outra estrada, que dava lá perto do Guarajus. Assim era mais seguro. Era mais longe, mas mais seguro. (Márcio, Informação verbal, 2025)^[12].

Olha, às vezes não dá pra acreditar direito nisso. [...] depois de uns dias, acho que uns quatro ou cinco dias depois do massacre, eu não lembro de direito, ainda tinha gente saindo da mata e passando aqui na estrada, fugindo. [...] Uma moça grávida, bem novinha, passou aqui e estava há dias sem comer direito e sem beber água. Chegaram assim, desesperados por água e comida. Eu dei o que comer e beber, e eles foram embora. Nunca mais vi eles. [...] Acho que não eram daqui de Corumbiara. (Lana, Informação verbal, 2025)^[13].

Entre os diversos relatos, pouco se conhece sobre os agentes externos, aqueles que permaneceram à margem da história. A narrativa oficial do Massacre de Corumbiara foi construída para minimizar a responsabilidade do Estado e criminalizar os camponeses. Dar voz aos que sofreram indiretamente permite compreender que o massacre ultrapassou a repressão física e incluiu silenciamento, manipulação de informações e impunidade – formas de governar o conflito e controlar o território. A análise dos relatos evidencia que a violência extrapolou os limites do Acampamento Santa Elina e atingiu a vida cotidiana em Corumbiara e região, afetando também aqueles que vivenciaram o evento pela incerteza e pela espera.

Registrar essas memórias é essencial para evitar o apagamento histórico e para tensionar a permanência da impunidade. Após 29 anos, o Estado ainda não demonstra disposição para reconhecer sua responsabilidade e garantir reparação efetiva. O município corumbiarenses carrega o peso de uma história marcada por violência; a reforma agrária segue negligenciada e a repressão armada persiste como resposta.

Para concluir, destaca-se a declaração de Néinha: “Até quando, meu Deus, minha Corumbiara ficará marcada na história como terra de massacres? Essa marca é um sofrimento pra a gente.” (Néinha, 2025, Informação verbal). Suas palavras expressam um grito de socorro e reforçam a necessidade de manter viva a memória do massacre como chamado à justiça, reparação e fim da impunidade, para que tragédias semelhantes não se repitam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dar voz àqueles que sofreram indiretamente a violência do massacre permite uma compreensão mais ampla do impacto dessa tragédia. Registrar esses testemunhos são essenciais para que as vítimas, tanto diretas quanto indiretas, não sejam esquecidas e para que a verdade sobre os acontecimentos não seja apagada dos anais da história. Do contrário, a impunidade será reforçada, e a violência continuará se perpetuando. Embora seja dever do Estado reconhecer sua responsabilidade histórica, sendo esse apenas o primeiro passo, cabe-lhe também garantir a devida reparação às vítimas, conduzir investigações rigorosas e responsabilizar judicialmente os envolvidos. No entanto, quase três décadas depois, o Estado ainda não demonstra disposição para reconhecer sua responsabilidade histórica pelo Massacre de Santa Elina.

Este estudo analisou os sentidos atribuídos à experiência de cerco vivenciada em Corumbiara, em 9 de agosto de 1995, compreendendo o município como um território sitiado não apenas por forças armadas, mas também por discursos, silenciamentos e estruturas de poder. Ao escutar os sujeitos não acampados – moradores, familiares e amigos –, foi possível revisitar o Massacre de Corumbiara como um acontecimento que instaurou um regime de sofrimento coletivo, medo disseminado e reconfiguração de laços sociais e territoriais.

Os relatos coletados evidenciaram que a violência ultrapassou os limites físicos do Acampamento Santa Elina. O cerco imposto pela Polícia Militar do Estado de Rondônia transformou Corumbiara em uma cidade sitiada, onde direitos básicos foram violados. A comunidade vivenciou mais de 32 horas de desespero, marcadas por rumores contraditórios, manipulação de dados e ausência de comunicação oficial. As narrativas de Francisca, Celso, Néinha, Silvana, Mariano e outros evidenciam que o massacre produziu marcas subjetivas profundas, configurando um trauma coletivo que atravessa gerações.

A pesquisa também revelou estratégias de solidariedade comunitária em meio ao caos. Moradores e comerciantes acolheram familiares em busca de notícias, oferecendo alimentação e abrigo. Camponeses orientaram sobreviventes que fugiam pela mata, indicando rotas seguras. Essas ações demonstram que, mesmo diante do terror, laços de solidariedade foram mantidos e fortalecidos.

A metodologia adotada – história oral e análise de narrativas – mostrou-se fundamental para acessar experiências silenciadas. A articulação entre psicologia social crítica e geografia agrária forneceu instrumentos teóricos para compreender como o conflito agrário produziu subjetividades, memórias e traumas compartilhados. Reconhece-se como limitação o número de entrevistados, que, embora tenha proporcionado material empírico rico, representa apenas uma fração da comunidade afetada. Pesquisas futuras poderiam ampliar o escopo territorial e incluir estudos longitudinais sobre impactos psicossociais de longo prazo.

O Massacre de Corumbiara insere-se em um contexto mais amplo de violência estrutural contra trabalhadores rurais no Brasil. A reforma agrária segue sendo negligenciada, enquanto a repressão armada permanece como resposta do Estado. A impunidade dos responsáveis reforça a naturalização da violência estatal territorializada contra os mais vulneráveis.

Passadas quase três décadas, a dor permanece viva em Corumbiara. O massacre não apenas ceifou vidas, mas também reordenou fluxos, bloqueou circuitos de informação e desestabilizou a centralidade urbana, convertendo o cotidiano em experiência permanente de medo e incerteza. A frase de Néinha ressoa como um grito que atravessa o tempo: “Até quando, meu Deus, minha Corumbiara ficará marcada na história como terra de massacres? Essa marca é um sofrimento pra a gente.” Manter viva a memória do massacre é um ato de resistência contra o esquecimento e a impunidade. É também um chamado à luta por justiça, reparação e pelo fim da violência no campo brasileiro, garantindo que nenhuma outra comunidade precise carregar a dor que Corumbiara carrega há décadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Decreto n.º 40, de 15 de fevereiro de 1991. Promulga a Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, Brasília, DF. Diário Oficial da União de 18/02/1991, p. 3012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0040.htm>, Acesso em: 01 abr. 2024.
- FREUD, S. O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Texto original publicado em 1930).
- GONZÁLEZ REY, F.; PATIÑO, J. F. La epistemología cualitativa y el estudio de la subjetividad en una perspectiva cultural-histórica. *Revista de Estudios Sociales*, n. 60, p. 120-128, 2017.
- MERLINO, T.; OJEDA, I. Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.
- MESQUITA, H. A. de. Corumbiara: o massacre dos camponeses. Rondônia, 1995. 2001. 284 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/949885/mod_resource/content/1/CORUMBIARA_O%20MASSACRE%20DOS%20CAMPONESES_Tese%20Completa.pdf>. Acesso em: 02/08/2024.
- OEA – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção interamericana para prevenir e punir a tortura Washington: OEA, 1985. Disponível em: <<https://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-51.htm>>, Acesso em: 6 abr. 2024.
- OLIVEIRA, A. U de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185–206, 2001. DOI: 10.1590/S0103-40142001000300015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/>>. Acesso em: 12/01/2026.
- RIBEIRO F. C.; SILVA C. R.; CARDINALI I.; SHIRAMIZO C. S.; MAZZANTE C. A. G. Narrativas da sensibilidade: como tornar visível o invisível? *Interface (Botucatu)*. 2025; 29: e240281.

NOTAS

- [1] Entrevista concedida em Corumbiara, Rondônia em 7 de fevereiro de 2025.
- [2] Entrevista concedida em Corumbiara, Rondônia em 7 de fevereiro de 2025.
- [3] Entrevista concedida em Corumbiara, Rondônia em 7 de fevereiro de 2025.
- [4] Entrevista concedida em Corumbiara, Rondônia em 8 de fevereiro de 2025.
- [5] Entrevista concedida em Corumbiara, Rondônia em 8 de fevereiro de 2025.
- [6] Entrevista concedida em Corumbiara, Rondônia em 8 de fevereiro de 2025.
- [7] Entrevista concedida em Cerejeiras, Rondônia em 8 de fevereiro de 2025.
- [8] Entrevista concedida em Cerejeiras, Rondônia em 7 de fevereiro de 2025.
- [9] Entrevista concedida em Corumbiara, Rondônia, no Projeto de Assentamento Adriana, em 7 de fevereiro de 2025.
- [10] Entrevista concedida em Corumbiara, Rondônia, no Projeto de Assentamento Adriana, em 7 de fevereiro de 2025.
- [11] Entrevista concedida em Corumbiara, Rondônia, no Projeto de Assentamento Adriana, em 7 de fevereiro de 2025.

- [12] Entrevista concedida em Corumbiara, Rondônia, no Projeto de Assentamento Adriana, em 7 de fevereiro de 2025.
- [13] Entrevista concedida em Corumbiara, Rondônia, no Projeto de Assentamento Adriana, em 7 de fevereiro de 2025.

AmeliCA

Disponível em:

<https://portal.amelica.org/ameli/ameli/journal/274/2745599012/2745599012.pdf>

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em portal.amelica.org

AmeliCA

Ciência Aberta para o Bem Comum

Danilo Paranhos Batista

Corumbiara sitiada: os relatos de quem vivenciou o dia do Massacre de Santa Elina

Corumbiara under siege: the accounts of those who experienced the day of the Santa Elina massacre

Revista Presença Geográfica

vol. 13, núm. 1, 2026

Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil
rpgeo@unir.br

ISSN-E: 2446-6646